



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: MILTON LEITE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02/05/2012

OBSERVAÇÕES:

- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão
-

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com a presença deste Vereador, Milton Leite, na presidência, e a do Vereador Atilio Francisco, declaro abertos os trabalhos da sexta audiência pública da Comissão de Finanças no ano de 2012.

Esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), pelo *link* Auditórios On-Line.

Gostaria de informar que o primeiro projeto, PL 166/2012, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013, passará a constar como último item da pauta.

Com esta inversão, a LDO será o último item a ser discutido, o que deverá ocorrer, segundo nossa previsão, por volta das 10 horas, horário em que deverá chegar o Secretário de Planejamento. Assim, conduziremos a audiência pública relativamente aos demais projetos de lei inscritos na pauta desta audiência pública.

Passemos ao primeiro item.

- “PL 354/2009 - Autor: Ver. Quito Formiga (PR) - Altera dispositivos da lei nº 14.865, de 29 de dezembro de 2008, e dá outras providências. (ref. ao programa de arrendamento residencial - par, moradia para população de baixa renda).”

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Declaro aberta a audiência pública para o PL 354/2009, de autoria do Vereador Quito Formiga.

Aqueles que desejarem se pronunciar a respeito dos projetos poderão se inscrever à Mesa.

Indago à Assessoria se há inscritos para debater a matéria. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 354/2009.

Passemos ao item seguinte.

- “PL 420/2009 - Autor: Ver. Chico Macena (PT) - "concede isenção e remissão do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss a atividades relacionadas a entidades sem fins lucrativos, de serviços de educação e assistência social.”

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Indago à Assessoria se há inscritos para debater a matéria. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 420/2009.

Passemos ao próximo item.

- “PL 324/2010 - Autor: Ver. Dalton Silvano (PV) - institui no âmbito do município de São Paulo e seus órgãos, o uso de meio eletrônico para tramitação de documentos, atos e processos administrativos, e dá outras providências.”

---

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Indago à Assessoria se há inscritos para debater a matéria. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública do PL 324/2010.

Passemos ao próximo item.

- “PL 419/2010 - Autor: Ver. Atilio Francisco (PRB) - dispõe sobre o fornecimento pelo poder público municipal de documento de identificação para as pessoas com deficiência não aparente, com obesidade mórbida ou com prótese não aparente ou que lhe reduza a mobilidade, nas circunstâncias que especifica, e dá outras providências.”

**O SR. ATILIO FRANCISCO** – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de ler a justificativa.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O autor está presente. Na forma regimental, V.Exa. tem a palavra por até dez minutos.

**O SR. ATILIO FRANCISCO** – O presente projeto de lei visa fixar como obrigação para o Poder Público Municipal a concessão, desde que requerido, de documento de identificação de todas as pessoas residentes no Município com deficiência não aparente – como próteses que reduzam a mobilidade, obesidade mórbida – que dificulte a locomoção, mas que, por não serem imediatamente perceptíveis, não têm a sua condição devidamente atestada.

Em tese, essas pessoas já estariam abrangidas pelo sistema legal que ampara as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ocorre que, em muitos casos, inclusive em relação às pessoas que atuam em contato com essas pessoas na esfera pública ou privada, a condição diferenciada não é perceptível de imediato, motivo pelo qual tais pessoas são impedidas de acessar os benefícios que lhes cabem por lei, ou que exigem comprovação da existência do agravo, causando grande constrangimento aos beneficiários da legislação que trata da matéria.

Então o objetivo deste projeto de lei é dar maior tranquilidade às pessoas que têm qualquer tipo de deficiência não aparente, com vistas a que lhes seja oferecido um tratamento digno, permitindo-lhes que desfrutem dos direitos já concedidos segundo as leis existentes em nosso município.

Estamos vivendo uma época muito importante, em que todos os órgãos municipais têm trabalhado e lutado para que as pessoas com deficiência possam ter um tratamento mais adequado.

Era esse o comentário que gostaria de fazer a respeito do projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Indago à Assessoria se há inscritos para debater a matéria. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 419/2010.

Passemos ao próximo item.

- “PL 165/2011 - Autor: Ver. David Soares (PSD) - Dispõe sobre a criação do programa de conscientização e orientação sobre a coleta seletiva de lixo doméstico, e fixa outras providências.”

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Indago à Assessoria se há inscritos para debater a matéria. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 165/2011.

Suspendo, de ofício, a audiência pública até às 10 horas, horário em que o Sr. Secretário de Planejamento deverá estar presente à reunião, oportunidade em que daremos prosseguimento aos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos, são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Está reaberta a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento para tratar do PL 166/02.

A Presidência passa a condução dos trabalhos para o Sr. Relator da LDO, nobre Vereador Atílio Francisco.

- Assume a presidência o Sr. Atílio Francisco.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Quero consultar a Assessoria qual é o tempo de tolerância que temos para aguardar o Secretário para prosseguir com a audiência pública.

De acordo com a orientação da Assessoria, estão suspensos os trabalhos por cinco

minutos. Retornaremos quando o Sr. Secretário integrar a Mesa para prosseguir os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Atilio Francisco.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Agradeço a presença do Secretário Rubens Chammas. Comunico a presença dos Srs. Presidente da Câmara, nobre Vereador José Police Neto; nosso sempre Presidente, Vereador Roberto Tripoli; Secretário da Mesa Diretora, Vereador Ítalo Cardoso; e dos demais presentes.

Peço à Assessoria que faça a leitura o item 01 do projeto da LDO.

- É lido o seguinte: *(Projeto de Lei 166/2012. Item 01)*

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Passo a palavra ao Sr. Secretário de Planejamento, Sr. Rubens Chammas, que fará um breve relato do projeto das diretrizes orçamentárias para 2013.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Bom dia a todos. Agradeço a Comissão de Finanças desta Casa, na pessoa do nobre Vereador Atilio e todos os membros. Agradeço também a presença dos demais Vereadores Roberto Tripoli, Police Neto.

No dia 13 de abril, o Executivo encaminhou a esta Casa o projeto de lei que versa sobre as diretrizes orçamentárias para 2013.

Como todos sabem, a LDO é o início da elaboração orçamentária para o próximo ano. Nesse projeto de lei, estão todas as questões fiscais, de projeções de receita, de gastos, que serão refinados e talhados na proposta orçamentária.

Primeiro, quero fazer comentários de todo o embasamento legal que nos leva a estrutura a LDO, da própria Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei Orgânica do Município, de todas as portarias do Tesouro Nacional; e dos princípios básicos que norteiam a LDO, assegurando a justiça, a participação popular, o controle social e transparência.

Nesse item quero fazer, realmente, um destaque e aproveitar para homogeneizar uma informação muito importante. Nos últimos meses, depois de um grande processo que se iniciou em outubro do ano passado, a Prefeitura de São Paulo junto à sociedade civil realizou a primeira Conferência Municipal de Transparência e Controle Social indicando delegados, elegendo propostas para a Conferência Estadual, que se realizou no final do mês de março e, agora, teremos as Conferências, a nível Nacional, em junho.

Isso é um marco para a cidade de São Paulo, uma amostra de que São Paulo está totalmente integrada às novas demandas da sociedade. Claro que são processos rotineiros em que os aperfeiçoamentos são constantes. Acho que muito fizemos, mas ainda há um caminho grande a trilhar. Esse é um ponto a se destacar, isto é, a transparência, as informações

disponíveis para a sociedade para que ela possa analisar, fazer sugestões, indicar pontos críticos e que possamos, a toda hora, melhorar essa informação.

Outro item importante do projeto de lei diz respeito às metas e prioridades para 2013. Os programas da atual Administração, já elencados nessa proposta, serão refinados e detalhados na proposta orçamentária. Darei também um destaque para o item Pessoal. Tivemos um grande avanço no controle das informações de Pessoal. Quando se fala em Pessoal, não diz respeito só ao gasto com pessoal. São informações do ponto de vista qualitativo e de organização das informações.

Lembro que, há um ano e meio atrás, se fossem feitas perguntas a três ou quatro gestores da Prefeitura, existiam informações desconhecidas de quantos funcionários tínhamos em cada grupo ou em cada regime jurídico. Hoje, as informações são homogêneas. Há uma grande integração da Secretaria de Planejamento; atualmente, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; da Secretaria de Finanças e do Ipem – que é o Instituto de Previdência.

Então, tanto as informações do grupo de ativos quanto dos aposentados e pensionistas, são informações refinadas, atualizadas e de uma grande valia para que possamos, em função disso, ver todas as demandas dessa área.

O projeto de lei da LDO traz, em seu anexo, algumas metas físicas, originárias do próprio PPA. Aqui também quero fazer um destaque. Tive a oportunidade, na discussão da Lei Orçamentária do ano passado, de fazer esse comentário e volto a enfatizar a necessidade de que o órgão público tenha informações mais precisas das ações físicas. Claro que as informações financeiras são disponíveis *on-line* e estão no Sistema de Execução, mas as informações físicas, até para uma cultura do órgão público - não falaria que isso ocorra só a nível Municipal, porque se estende também no Estadual e Federal –, que é termos de forma fiel essas informações, isto é, de quanto fizemos em cada ação e de qual percentual foi alcançado.

Acho que muito avançamos com o novo instrumento de gestão: a Agenda 2012, o Programa de Metas, para caracterizar e conceituar que cada gestor público, em cada área, tem

uma obrigação formal de ter um controle das ações físicas, o que andou, o que falta andar, por que andou naquele ritmo e quais são os obstáculos.

Isso é muito importante para que a gente possa cada vez mais ter o Plano Plurianual, não como um instrumento que é feito a cada quatro anos e entregue para a sociedade, mas como um instrumento de planejamento efetivo, eficaz, para que cada gestor e cada cidadão possa mês a mês analisar e ver naquele plano feito no primeiro ano de uma gestão válida para os próximos quatro anos o seu encaminhamento, a sua aderência e como efetivamente realizado.

Essas são algumas questões básicas. Há vários outros itens que estão compostos na estrutura do projeto de lei. Eu ficaria nesses comentários iniciais e colocaria à disposição para a Mesa e os presentes as questões pertinentes.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Obrigado, Secretário. Queria consultar a Assessoria, pois foi aberta inscrição para as pessoas que quisessem falar a respeito do projeto. Os inscritos terão três minutos para a explanação. Em seguida, o Secretário responderá aos questionamentos.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Fabio Siqueira. Pertencço ao Movimento de Resistência do Orçamento Participativo de São Paulo. É com muita alegria que no 11º ano o Conselho do Orçamento e o Movimento de Resistência vêm discutir e até mesmo criticar, deliberar a questão do orçamento público e das diretrizes orçamentárias para o orçamento do ano corrente na cidade de São Paulo.

Saúdo os Vereadores Atilio Francisco, Relator da Comissão; José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo; Roberto Tripoli; Rubens Chammas, Secretário de Planejamento e público presente, ainda em grande minoria.

O público está bastante desacreditado, diferentemente do que falou o Sr.

Secretário, com todo o respeito, sobre a questão do orçamento, do PPA e da LDO, porque não vem sendo cumprido.

Pelo oitavo ano consecutivo verificamos que a LDO não corresponde aos anseios da sociedade. E mais, revela que a agenda de 2012, proposta em 2009 pelo Prefeito Gilberto Kassab, não será cumprida em muitos por cento. Por exemplo, na área de Siurb, todas as obras que deveriam terminar em 2012 foram jogadas para 2013 – estão aqui nos anexos da LDO. Quer dizer, Siurb não será cumprido. Isso mostra que realmente a gestão Kassab-Serra deixou muito a desejar na questão de entrega, de compromisso com a população. Comprometeu-se com a Câmara Municipal de São Paulo a entregar as metas e não o fez.

Na questão, por exemplo, da Educação como entender que em 2009 só se fez uma creche; que em 2010 só se fez uma creche? Em 2011 não anuncia quantas creches foram feitas e agora promete cinco creches. Pior ainda, promete apenas uma UBS para 2013 repetindo demandas da LDO do ano passado.

Portanto, realmente observamos com tristeza, sem falar em Esportes, Cultura e Habitação. Quer dizer, a Habitação vai entregar tudo em 2012? Não há previsão na LDO e é impossível, não há nem orçamento para tanto, Real Parque, Jardim Panorama, vão entregar tudo? Quer dizer, isso mostra uma LDO confusa, imprecisa e, principalmente, descumpre a lei complementar federal que trata da responsabilidade fiscal que prevê audiência pública antes da entrega do orçamento, em 15 de abril, e não foi feita, na fase de elaboração das peças orçamentárias.

Solicito também que se façam audiências públicas temáticas, a exemplo do ano passado. É necessário discutir mais amiúde em face de um orçamento de 38 bilhões, que aumentará no próximo ano, temas como Educação, Transporte, Cultura e Saúde. Espero que a comissão encaminhe nesse sentido.

Por fim, que se façam as audiências públicas das subprefeituras, em setembro, de maneira correta, previstas no corpo do PL 166/2012. As propostas chegam lá e são cumpridas,

nem entram no orçamento e fazer no mesmo dia não dá, a participação diminui. A população quer participar e é impedida disso. Então solicitamos rigor, eficácia e ética nas audiências. Nesse Governo, em alguns anos, as propostas nem eram colocadas no relatório, pelo menos, agora são, mas deve ser feito com mais critério e de forma republicana e democrática.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Tem a palavra o Sr. Francisco Chagas.

**O SR. FRANCISCO CHAGAS** – Cumprimento à Mesa e demais participantes, sou do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo e, atualmente, sou Coordenador do Conselho Gestor de Saúde da Sé. Estamos observando que essas audiências deveriam contar com maior participação da população e também no Controle Social é totalmente restrita a participação popular, o que é lamentável.

No próximo dia 31 de maio haverá a eleição do Conselho, mas já fizeram lá um regimento eleitoral que impede a participação popular. Foram feitas muitas exigências para os moradores da região votarem. Eles têm de apresentar vários documentos: Identidade, CPF e comprovante de endereço. Por exemplo, a população de rua e moradores de albergue não tem comprovante de endereço, como também pessoas que moram em cortiços em que residem 20, 30 famílias.

Então, na eleição do Conselho do Idoso, muitas pessoas foram impedidas de votar, porque apresentavam carteira de motorista ou carteira da OAB e esses documentos eram rejeitados. Quer dizer, de forma intransigente somente era aceita a carteira de identidade.

O que foi aprovado no Regimento Interno é que era um documento de identidade, não carteira de identidade. Então, isso desmobiliza, desestimula a participação da população. Acredito que uma democracia tem de ser governada juntamente com o povo. O povo tem de ser ouvido. A partir daí é que se pode fazer algo, e não as decisões serem tomadas de cima para baixo, sem a participação do povo.

Por esse motivo, pedimos que isso seja melhorado, que haja mais participação

popular, porque vemos que as dificuldades são muito grandes, principalmente na questão relativa à Saúde. O atendimento está muito ruim e há falta de medicamentos. Temos de fortalecer o controle social e não controlar o controle.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Muito obrigado, Sr. Francisco.

A Câmara Municipal, na Comissão de Finanças e Orçamento, sempre teve a postura de abrir seus debates, abrir suas audiências à população. Fica a critério dos segmentos participarem ou não.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, tem a palavra o Sr. Secretário Rubens Chammas.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Primeiro agradeço, de forma especial, à Câmara Municipal, que tem feito deste espaço um espaço democrático, não necessariamente só no envio de projetos de lei, mas em outras discussões de alto nível, relativo ao Programa de Metas, e as outras comissões que têm feito essa discussão que engrandece a população de São Paulo.

Acredito que a participação popular é um processo. Não podemos obrigar que a população esteja presente, mas os meios de comunicação e esta Casa têm feito um trabalho exemplar, um trabalho rotineiro que só com esse aperfeiçoamento e consolidação é que chegaremos à plena participação de toda a população. E a participação não precisa ser necessariamente física, mas ela tem de se dar por meio dos meios de comunicação, dos meios eletrônicos.

É uma orientação do Sr. Prefeito Gilberto Kassab que os Srs. Secretários compareçam a esta Casa sempre que convidados, a fim de trazerem explicações, orientações sobre projetos, mostrando suas ações, suas possíveis dificuldades, seus acertos.

Então, esse é um processo dinâmico. É um projeto que temos de construir, não só nesta Casa, como em todos os outros fóruns.

A audiência pública é um dos itens, mas a participação da população nos conselhos

municipais é muito importante para a Cidade.

Farei alguns comentários.

Foram colocações muito importantes do Fábio Siqueira e darei alguns detalhes sobre o cumprimento da agenda. É claro que o cumprimento da agenda, como o próprio nome diz, é um programa de metas. Meta é algo a ser alcançado, a ser buscado para que possamos chegar aos 100%. Hoje, das 223 metas, temos 74 metas concluídas e 148 em andamento, mas farei um destaque dessas em andamento.

Imaginem que uma meta seja construir 10 parques municipais. Se construir 9 parques municipais, não alcancei os 100% da meta. Mas os 9 parques já estão sendo usufruídos pela população. Então, temos de ter essa leitura um pouco mais aprofundada do que um simples número. Dessas 148 metas, 70 metas já estão sendo usufruídas pela população.

Com esse balanço, estamos com um programa de metas, com o seu nível de execução em 72%. Repito: não é uma questão matemática, uma questão lógica. Não podemos olhar somente as metas concluídas. Imaginem se chegássemos em 90% em todas as metas. Então, falaríamos que o programa de metas não foi atingido? Pelo contrário. Essas metas já estão a serviço da população.

Temos a perspectiva de chegarmos a um número muito importante no cumprimento da agenda. Todas as secretarias estão imbuídas para esse cumprimento. É claro que ações como Educação e Saúde são sempre muito fortes e queria resgatar esses números – e claro que os vínculos constitucionais nos obrigam. Estamos investindo 31%, até um pouco mais, na Educação, e na Saúde, 18% a 20% nos últimos anos, chegando a quase 20% no ano retrasado.

Comentarei o item Habitação. Realmente, o anexo não está equivocado. A Operação Urbana Consorciada Faria Lima entregará todas as unidades habitacionais neste ano. Se analisarmos a Lei da Operação Urbana, verificaremos que ela indica que 10% de toda

receita arrecadada com a venda de Cepacs, tem de ser obrigatoriamente destinada a 3 favelas específicas: Favelas Real Parque, Panorama e Coliseu, localizadas fora do perímetro da Operação Urbana.

A Favela Coliseu está em área privada, portanto não há a condição mínima de a Prefeitura fazer essa intervenção de forma direta. Terá de haver a desapropriação do terreno.

A Favela Panorama, praticamente, situação já resolvida, por meio de um empreendimento privado ao lado, que já fez todas as intervenções.

A Favela Real Parque já está com todas as suas obras, metade já entregues, e as outras unidades serão entregues até agosto deste ano.

Diferentemente de outras ações, que todos sabem dos vínculos que temos no Orçamento, essas ações têm recursos em abundâncias. São recursos originários o Cepac, específicos para a intervenção na área da Operação Urbana Faria Lima.

Então, as ações de Habitação, na Faria Lima, serão, sim, cumpridas neste ano.

Em relação ao que o Fábio Siqueira e o próprio Sr. Francisco Chagas comentaram sobre as audiências públicas, acho importante. No ano passado já fizemos audiências públicas temáticas. Isso é fundamental para que a população participe, que elas sejam temáticas e descentralizadas. Estamos sempre à disposição para darmos o maior suporte possível, tanto à área econômica da Prefeitura, como às subprefeituras, onde, de forma descentralizada, serão realizadas essas audiências.

Acredito que o trinômio rigor/eficácia/ética é o que pauta a Administração atual, além de uma responsabilidade fiscal, para que possamos entregar, em 31 de dezembro deste ano, a Prefeitura em sua melhor condição – econômica e estratégica – e com grandes projetos indicados para a Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Muito obrigado, Sr. Secretário.

Não havendo mais oradores inscritos, comunico que já está agendada a segunda audiência pública da LDO para o dia 16 de maio próximo, quarta-feira, 9h, auditório Prestes

Maia.

Declaro realiada a primeira audiência pública da LDO para o exercício de 2013.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Roberto Tripoli.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI** – Sr. Presidente, muito obrigado.

Dirijo-me ao senhor do Conselho de Saúde. Em relação à sua fala, coloco-me à disposição para analisar uma questão de legislação. Podemos discutir na Câmara, trazendo autoridades do Governo Municipal a fim de discutirmos a questão da documentação, que é novidade e que só estou ouvindo agora.

Em relação à fala do Fábio, ele sempre está presente em todas as reuniões. Estou aqui há muitos anos e o Fábio está sempre presente, sempre com perguntas certas, inclusive com razão em suas falas.

Só teria a dizer, em relação ao Fábio, que, como já fui Presidente da Comissão de Finanças, recordo-me que, uma vez, fizemos reunião com o Voto Consciente. Marcamos uma audiência pública para a LDO e fizemos grande divulgação. Inclusive, a minha intenção é a de que o rádio também fale, porque quem lê *Folha* e *Estadão* não está interessado em audiência pública. Quem quer saber do Orçamento é a população mais carente e, aí, têm de ser o rádio e as igrejas. Temos de pensar, Fábio. Temos aqui o Voto Consciente, que acaba de chegar; o Fábio, que está desde o início; um senhor que é do Conselho de Saúde; e estou vendo assessores dos Vereadores e do Governo. Não estou vendo a sociedade civil, fora vocês três.

Então, o Governo está à disposição. Agora, imagine, Fábio, o relator do Orçamento da LDO, o nobre Vereador Atílio, sempre faz audiência pública do Esporte, da Educação, enfim, e será isso aqui que estamos vendo.

Então, esse é um problema que temos de resolver juntos.

Se não fosse do Parlamento, se fosse do Executivo, contrataria pessoas como o Fábio, por exemplo, para fazer palestras nas faculdades, principalmente de Economia, que tem a ver com o Orçamento, a fim de atrair os jovens para discutir essa questão. É chato dizer isso,

mas a população não tem participado mesmo. Não sei se a questão econômica está numa boa, está tudo bem.

Portanto, como líder do Governo coloco a todos vocês que se houver necessidade, que o nobre Vereador Atílio, relator da LDO, e o Presidente da Comissão, nobre Vereador Milton Leite acharem, necessário, o Governo está à disposição.

Agora, que façamos alguma mobilização, porque, senão, fica como sempre.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Agradeço a presença de todos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Rubens Chammas para as suas considerações finais.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Mais uma vez, agradeço pela iniciativa da Câmara, que abre espaço a fim de que possamos trazer informações. Faço minhas as palavras do nobre Vereador Roberto Tripoli acerca da necessidade da participação da sociedade.

Repito, tivemos há pouco mais de dois meses um evento marcante, com mais de 400 pessoas, durante o dia inteiro. Foi a primeira conferência municipal de controle social e transparência - um evento pioneiro. E lá mostrou que a sociedade civil está engajada, sim. Engajada com ações, ideias e propostas.

Então, os assuntos participação popular e transparência são assuntos do momento.

O assunto orçamentário é, realmente, um pouco mais árido, mas temos trazido ideias, nesta Casa. Por exemplo, o assunto da discussão da dívida municipal. Os senhores sabem que, em 2012, deveremos pagar por volta de 3,4 bilhões de reais para a União, em relação à dívida contraída no ano de 2000. Esse é um assunto que tem de ser debatido, discutido para que possamos reverter essa situação orçamentária da Prefeitura de São Paulo. Mas com a participação da sociedade e esses espaços abertos, principalmente nesta Casa, vamos chegar a uma condição diferente, em que possamos nos orgulhar de estarmos à frente

na gestão de um orçamento de quase 40 bilhões de reais de uma das maiores cidades do mundo.

Mais uma vez, agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco)** – Obrigado, Sr. Secretário.

Repetindo, a segunda audiência pública se dará no dia 16 de maio, às 9h, no Auditório Prestes Maia.

Assim como a fala de nossos amigos Fábio e outros, acredito que, de repente, as pessoas quando ouvem falar da Lei de Diretrizes Orçamentárias não tem o entendimento da importância dessa lei, que direciona, realmente, a questão do Orçamento.

Então, as pessoas, de repente, dão mais importância por ocasião da votação do Orçamento, participar para discutir assuntos temáticos, de acordo com sua necessidade.

De repente, está faltando um pouco mais de interesse de algumas instituições divulgarem o agendamento das audiências públicas com relação à LDO.

Agradeço a presença de todos.

Estão encerrados nossos trabalhos.